

O ensino de Geografia nos pareceres educacionais de Rui Barbosa

The teaching of Geography in the Educational Opinions of Rui Barbosa

Najla Mehanna MORMUL¹

Resumo

O presente artigo busca compreender como o ensino de Geografia poderia contribuir para a consolidação política da nação brasileira no século XIX. Por meio dos *pareceres* sobre educação (1882 e 1883) de Rui Barbosa (1849-1923). A partir da categoria da mediação e do método histórico, verificou-se como a Geografia era ensinada nas escolas, e como poderia ter sido uma forte aliada para a concretização dos projetos de desenvolvimento da nação. Contudo, as mudanças propostas por Rui Barbosa não saíram do papel e muito do que ele propôs só começou a se efetivar, posteriormente, na República, com trabalhos de outros intelectuais.

Palavras-chave: Educação. Educação Escolar. Ensino de Geografia. Rui Barbosa.

Abstract

This article seeks to understand how the teaching of Geography could contribute to the political consolidation of the Brazilian nation in the nineteenth century. Through opinions on education (1882 and 1883) of Rui Barbosa (1849-1923). From the category of mediation and the historical method, it was like Geography was taught in schools, and how it could have been a strong ally for the implementation of development projects in the nation. However, the changes proposed by Rui Barbosa did not leave the paper and much of what he proposed only began to take hold later in the Republic, with works of other intellectuals.

Keywords: Education. Elementary Education. Teaching Geography. Rui Barbosa.

1 Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), professora efetiva da UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão, curso de Geografia (Licenciatura), coordenadora do Laboratório de Ensino de Geografia, Coordenadora de Estágio Supervisionado I em Geografia, Membro do Grupo de Pesquisa em Ensino de Geografia - GPEG. Endereço Profissional: UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Rua: Maringá, 1200, Bairro – Vila Nova. Tel: (46) 35204848 / Fax (46) 35204849. CEP 85605-010 – CxP 371. Francisco Beltrão – Paraná. E-mail: <hinidmormul@gmail.com>.

Introdução

O programa proposto para o ensino primário e secundário brasileiro por Rui Barbosa (1849-1923), no final do século XIX, consistiu em um importante documento para entender o contexto histórico brasileiro, evidenciando como ele ambicionava promover a escolarização popular brasileira e ascensionar o país política e economicamente.

Não obstante, as concepções que nortearam a seleção dos conteúdos de ensino defendidos por Rui Barbosa definiram as suas finalidades e revelaram a configuração de um projeto audacioso e rico. Consistia em um projeto claramente direcionado para a consolidação política da nação, a modernização do país e a moralização do povo, assim como para a formação do cidadão-patriótico por meio da educação.

Buscou-se analisar neste artigo como o programa proposto por Rui Barbosa poderia colaborar no processo de consolidação política da nação brasileira, e a contribuição do ensino de Geografia nesse processo. Para tanto, abordou-se o projeto educacional desse autor, expresso nos *pareceres* acerca da “Reforma do Ensino Primário e as Várias Instituições complementares”, de 1883, e da “Reforma do Ensino Secundário e Superior”, 1882² durante o século XIX.

Como os documentos não falam por si, buscaram-se em fontes bibliográficas ou documentais os subsídios necessários para fundamentar esta investigação. O recorte temporal se deu no século XIX, enfatizando os principais desdobramentos históricos significativos do período, que marcaram a educação nacional. É sabido que outras reformas sobre educação antecederam e sucederam³ as de Rui Barbosa, as quais nos auxiliaram para

2 As reformas propostas por Rui Barbosa para o ensino primário serão tratadas, nesta comunicação, como Pareceres do Ensino Primário (BARBOSA, 1947a, 1947b, 1947c, 1947d). Cabe ressaltar que a citada reforma antecedeu A Reforma do Ensino Secundário e Superior (BARBOSA, 1942). O conjunto composto pelos dois projetos de reforma será tratado apenas como pareceres.

3 É importante salientar que, entre os anos de 1868 a 1879, outros projetos de reforma da instrução pública foram elaborados e apresentados à Assembléia Geral Legislativa. Em 6 de agosto de 1870, o ministro do Império Paulino José Soares de Souza entregou ao Parlamento o Projeto de Reforma nº 18; já o deputado Antônio Candido da Cunha Leitão elaborou dois projetos, um no mês de março e outro em julho de 1873. Em 16 de junho de 1873, o deputado Antônio Cândido da Cunha Leitão apresentou projeto tomando o ensino particular de instrução primária, secundária, especial e superior, completamente livre em todo o Império. “Os professores ou professoras particulares de instrução primária ou secundária que abrissem aula pública deveriam ficar sujeitos às obrigações seguintes: comunicação dentro de dois meses, à autoridade encarregada de inspecionar o ensino público em a

entender melhor a questão que pretendemos inquirir.

Buscou-se trabalhar com as fontes de modo contextualizado, apreendendo a realidade existente e destacando os fatos como construções históricas produzidas pela ação humana. Esse trato com as fontes nos deu um substrato teórico importante para entendermos como a Geografia, juntamente com outras ciências, em especial a história, poderia contribuir para a consolidação do projeto educacional de Rui Barbosa e, conseqüentemente, de sociedade no Brasil.

Dessa forma, especifica-se que é por meio dos *pareceres* de Rui Barbosa que nos propomos repensar a história da educação no Brasil e sua atuação como um homem importante de seu tempo que, em meio a tantas lutas, destinava grande apreço à questão da instrução pública brasileira. Pretendemos encontrar respostas no que tangue às finalidades do ensino de Geografia no Brasil.

Embora o ensino de Geografia não tenha sido a única preocupação de Rui Barbosa, ele destinou várias páginas de seus pareceres sobre essa disciplina e sua importância para o ensino primário. Discutiu seu valor para a formação do cidadão que ora se almejava, isto é, um cidadão capaz de reconhecer o apreço de sua pátria, contribuindo para o bom desenvolvimento do país. Salientou em seus *pareceres* o caos com que era tratado o ensino de Geografia no Brasil, ou seja, como um ensino estéril e embrutecedor.

Rui Barbosa atribuía ao método de ensino boa parte do caos em que se encontrava a instrução, assim se mobilizou em apresentar um novo método, capaz de reformar o ensino e promover uma instrução formativa para a sociedade que almejava consolidar. Esse método se pautava numa compreensão filosófica e científica, por meio da qual a obtenção de conhecimento seria oriunda dos sentidos e da observação. Fundamentado nas ideias de Pestalozzi (1746-1827) e Froebel (1782-1852), implicava uma abordagem indutiva, na qual o ensino deveria partir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, do

respectiva localidade, e por intermédio dela ao presidente da Câmara Municipal, a abertura do estabelecimento, devendo designar o local da escola ou colégio e dar-lhes indicação documentada dos lugares em que tem residido, e das profissões que tem exercido durante os últimos dez anos; mandar o mapa da matrícula ou frequência dos seus alunos, sob a pena de multa de 50\$000, imposta pela Câmara Municipal, depois de avisado o interessado pelo presidente da Câmara" (BRASIL apud BARBOSA, 1942, p. 328-334). O ministro João Alfredo Correa de Oliveira protocolou o seu projeto em 23 de julho de 1874. Esses projetos arrolaram durante um momento de muitos acontecimentos econômicos, políticos e sociais. Eles tentavam deliberar sobre a situação da instrução pública primária e secundária no Município da Corte e a superior em todo o Império. Consideravam a instrução primária um componente importante para a moralização e progresso para a nação brasileira. Torna-se necessário comentar que tanto Paulino de Souza quanto João Alfredo se inspiravam nas nações européias, assim como nos Estados Unidos, que, para ambos, eram modelos a serem seguidos pelo país, para alcançar o mesmo desenvolvimento daqueles países. No Brasil, eles ambicionavam a superação das contradições existentes e, para tal realização, tornava-se necessário que o Estado interferisse nos rumos da educação.

concreto para o abstrato. Por isso, seria necessário romper com o método vigente e passar a trabalhar com o método intuitivo, que se desdobrava em *Lições de Coisas*. Rui Barbosa, inclusive, elogiou a introdução das *Lições de Coisas* no Brasil, por meio do Decreto de Leôncio de Carvalho⁴, mas evidenciou que havia divergência de entendimento entre ele e seu companheiro de causa sobre essa questão.

Para a Geografia, o novo método proposto por Rui Barbosa foi de especial importância, porque possibilitava torná-la uma disciplina cheia de vida e interesse.

A sociedade brasileira, no século XIX, via a educação como uma atividade social. A luta a favor do ensino laico das ciências, e a luta contra a escola tradicional religiosa, assim como a fragmentação do currículo, foram, entre muitos, alguns dos espólios evidentes nesse século. Dessa forma, a educação sofreu algumas alterações vistas como necessárias pelo contexto histórico, econômico, político, social e cultural existente.

Diante desse cenário, Rui Barbosa, um dos maiores expoentes intelectuais brasileiros, entusiasmado pelos acontecimentos de seu tempo, se empenhava no processo de consolidação política da nação brasileira, por meio de uma política liberalizante e de uma reforma na educação.

A ciência geográfica despontou no decorrer do século XIX, concomitante com a crise do capitalismo; seu desenvolvimento foi impulsionado pelos processos históricos e econômicos gerados pelo sistema capitalista. A burguesia, como detentora do poder, sabia que, para se consolidar, era indispensável, além das forças armadas, a utilização de instituições como a escola, que possibilitassem a disseminação do espírito nacionalista. Logo, a Geografia, ao lado de outras disciplinas, passou a compor o currículo escolar⁵. Essas disciplinas seriam os meios que a burguesia usaria para formar o cidadão.

É importante lembrar que o aparecimento do saber institucionalizado da geografia, data de pouco mais que um século, que a época de seu nascimento, isto é, final do século XIX e começo do século XX, se vincula à vertente

4 Este decreto tem como objetivo criar as condições para o estabelecimento da liberdade de ensino, em vários níveis de abrangência. Membro do Partido Liberal, que assume o poder em 1878, Leôncio de Carvalho, Ministro dos Negócios do Império, assume a tarefa de encaminhar uma solução à questão educacional, cuja precariedade e insuficiência vêm se avolumando a concretizar as diretrizes de seu Partido, que defende a necessidade de instrução para todos os brasileiros (VALDEMARIN, 2000, p. 23).

5 Vale saber que a proposta de currículo escolar recomendada por Rui Barbosa era abrangente e profícua. Em seus *pareceres* está expresso claramente o projeto de sociedade que pretendia construir. No entanto trata-se de um exercício teórico e metodológico de grande aporte que, no momento, não tem a pretensão de inquirir; portanto, para maiores informações sobre esse tema, sugiro a leitura do Tomo II dos pareceres acerca da Reforma do Ensino Primário de Rui Barbosa.

oposta àquela da escalada do capitalismo que corresponde à sua fase progressiva, o que vale dizer que sua origem é ideológica, no qual o saber só tem existência institucional enquanto instrumento de dominação de uma classe (LEONEL, 1985, p. 10).

Os programas escolares de estudos geográficos existentes apresentavam uma visão compartimentada dos conteúdos. Os compêndios escolares estavam cheios de definições vagas de conceitos. A Geografia passou a ser uma disciplina de cunho teórico, na qual predominava o uso da memória. Indeadidamente desvinculada da realidade, caracterizava-se como uma disciplina empobrecedora e estreita. Durante muitos anos, o ensino dessa matéria ficou reduzido a descrições e observações essa metodologia tradicional foi bastante praticada e difundida.

No século XIX o ensino de Geografia adquiriu maior importância na educação formal existente no país, foi com a criação do Imperial Colégio D. Pedro II que a disciplina de Geografia passou a ter um novo *status* no currículo escolar.

Consideramos pertinente estruturar o presente artigo em duas partes. Na primeira parte apresenta-se um breve panorama da construção do espaço geográfico ao longo do século XIX. Em seguida, analisam-se as finalidades da educação para Rui Barbosa e seus desdobramentos para o ensino de Geografia.

1 O capitalismo e a construção do espaço geográfico

No decorrer do século XIX o capitalismo vivia um período denominado de livre-concorrência. O avanço do sistema capitalista, ao longo desse século, ocorreu por diversos motivos, entre eles, o grande desenvolvimento da indústria, marcado por um número crescente de capitalistas individuais. A dinâmica do mercado e suas consequências caracterizaram esse período do capitalismo como concorrencial, o qual foi marcado pela fraca incidência do Estado nos negócios privados.

Quanto à organização do espaço geográfico⁶, este passou a representar a expressão da produção material do homem, resultado de seu trabalho social, refletindo as características dos grupos, que o transformou. A organização do espaço geográfico reflete a maneira como uma sociedade dividida em classes se organiza, isto é, o consumo dos bens materiais e a transformação do ambiente que as pessoas habitam.

6 Lembrando que a categoria espaço geográfico é objeto de estudo da ciência geográfica. Neste sentido, as organizações e (re)organizações territoriais demonstram e delineiam, ao mesmo tempo, o campo de atuação dos conhecimentos pertinentes à Geografia.

O século XIX representa o período da consolidação do poder dos burgueses, que, até então, tinham sido contrários ao regime aristocrático e feudal, e que se instalaram no poder somente após muita luta. Detentora do poder político, a burguesia percebeu que, para sua consolidação, tornava-se importante a utilização de outros meios, inclusive o controle das instituições, as quais possibilitariam sua afirmação no poder. Portanto, de modo bastante convincente, os burgueses impuseram o seu modo de ver a realidade⁷.

A escola seria uns dos meios de difusão dos valores burgueses e a Geografia, que fora usada quase que exclusivamente para os mais diferentes fins, em especial, no que se referia à parte física (relevo, clima, vegetação, topografia, geologia, cartografia), passara a ser encarada como uma ciência de *elite*. Esta compunha o currículo das escolas com a finalidade de contribuir para formar o cidadão e oferecer identidade aos espaços ocupados.

Alguns intelectuais brasileiros, participando do debate iniciado na Europa, buscavam dar novos rumos ao país, com mudanças que representassem melhorias em diferentes âmbitos, entre eles a modernização da indústria e a reforma da educação. Rui Barbosa entendia que o desenvolvimento do Brasil estava associado aos acontecimentos mundiais que se processavam e os brasileiros não podiam ficar alheios a essas mudanças.

Compreender a sua modernidade, no processo de desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira, exigiu que fosse feita sua inserção no movimento geral. Não é possível entender a história do Brasil sem vinculá-la ao movimento universal, à história mundial. Não se nega que existem peculiaridades do Brasil que devem ser levadas em consideração, mas, atendo-se apenas a elas, não se poderá ter clara compreensão do processo que desencadeava transformações no seu interior. Foi necessário considerar o movimento do capital no mundo, pois Rui Barbosa mantinha-se atento a esse movimento. O que se passava no velho mundo envolvia as Américas. O capital, impellido pela necessidade de novos mercados, invadia todo o globo e necessitava de novos mercados, invadia todo o globo e necessitava criar vínculos em todos os lugares, desenvolvendo um intercâmbio universal (MACHADO, 2002, p. 30).

7 A sociedade burguesa atingiu, de forma marcante, o seu ideal com o desenvolvimento industrial e tecnológico. Este não beneficiou somente as fábricas, mas também os meios de comunicação e transporte, fazendo circular tanto mercadorias como ideias, ao mesmo tempo em que se caracterizava pelo aumento dos trabalhadores miseráveis, revelando sua face contraditória.

Percebe-se que as mudanças que o mundo ocidental vinha enfrentando no século XIX, em particular no Brasil, foram intrigantes e desafiadoras. Pergunta-se: como e de que forma a Geografia estaria inserida nesse movimento? Decorre que a educação foi uma das bandeiras levantadas pela burguesia, como meio eficaz de propagação de suas ideias, e até arriscamos a dizer que a Geografia, enquanto ciência, é filha do capitalismo, representava bem os interesses da burguesia ascendente. E Rui Barbosa, envolvido neste contexto, indubitavelmente *arregaçou as mangas* para defender o que acreditava.

2 Rui Barbosa, a Geografia e a situação educacional brasileira

O século XIX representou um período categórico para a história do pensamento geográfico, a Geografia nesse período atingiu *status* científico, ao mesmo tempo em que era reconhecida como disciplina obrigatória nos programas de ensino primário e secundário.

A educação passou a ser vista como um direito do cidadão, por ser um meio eficiente de qualificar o trabalhador para as novas formas de trabalho, o que resultaria na dinamização do progresso, bem como na formação e disciplinarização do cidadão, como explicitado a seguir:

A preocupação com a criação de escolas para treinamento de mão-de-obra surge vinculada aos debates sobre a transição para o trabalho-livre, uma vez que, ao se libertar o escravo, seu encaminhamento ao trabalho não mais poderia ser feito pelo chicote, mas, agora, pela persuasão. Logo, a disciplina e o amor ao trabalho passam a embasar os discursos que, na época, se ocupavam da questão da transição e, consequentemente, da educação. (SCHELBAUER, 1998, p. 38-39).

A educação pública era vista como um mecanismo eficaz de formar o cidadão para o trabalho. Com a libertação dos escravos e a entrada de novos trabalhadores no cenário nacional, era necessária a utilização de métodos disciplinares e eficazes para que o progresso e a ordem fossem assegurados e, sobretudo, que esses não ferissem a integridade física e intelectual dos indivíduos.

Assim, a bandeira em prol da instrução pública foi levantada e muitos intelectuais brasileiros se debruçaram sobre essa causa, entre eles Rui Barbosa, um grande defensor das causas pelas quais lutava. Em 1882, Rui Barbosa se lançou esperançoso num projeto que há muito desejava: a reforma do ensino. Durante o período imperial (1822-1889), a instrução primária era privilégio usufruído,

principalmente, pelos mais favorecidos. Em relação ao ensino elementar, mantinha-se a Escola de Primeiras Letras, do Decreto de 1827, tanto na capital do Império como nas províncias.

Essa lei vigorou até o ano de 1834 e, no Município da Corte, até 1854, quando foi aprovada e colocada em execução a Reforma de Couto Ferraz⁸. Esta reforma estabelecia a obrigatoriedade do ensino elementar, vigorava o princípio da gratuidade, que fora estabelecido pela Constituição, impedia o acesso de escravos ao ensino público e previa a criação de classes específicas para adultos que não sabiam ler nem escrever.

Rui Barbosa redigiu seus pareceres em 1882. Esses pareceres se originaram da análise do Decreto nº. 7.247, de 19 de abril de 1879, que reformava o Ensino Primário e Secundário no município da Corte e o Ensino Superior em todo o Império. O Decreto foi apresentado pelo ministro Carlos Leôncio de Carvalho, membro do gabinete liberal, presidido por Cansassão de Sinimbu, num momento em que crescia o interesse pela instrução pública. Para Rui Barbosa, a formação da inteligência popular, conseguida pela instrução escolar, era importante para a reconstrução do caráter nacional e manutenção da ordem. Ele encarava a educação como um fator fundamental para o desenvolvimento e capaz de contribuir para a modernização do país.

A educação, para Rui Barbosa, poderia contribuir para promover a transformação do país em diversos segmentos. Propunha a educação técnica e científica para a preparação do escravo liberto, em especial o negro, lembrando que o que determinava a condição de ser escravo não era unicamente a cor da pele, contudo o número de negros escravos era muito superior às demais raças e/ou etnias, e do trabalhador nacional para o trabalho agrícola e, sobretudo, industrial. Preocupava-se com a preparação do homem para exercer a cidadania, participar como cidadão esclarecido da vida política do país, país este democrático. O sufrágio universal estava diretamente ligado à necessidade da instrução pública.

Nos seus pareceres, foi muito categórico em discorrer sobre a educação como algo de extrema importância para o país, buscando, com isso, mobilizar o Parlamento com suas enfáticas palavras e exemplos.

A chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta, e só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria. Eis a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da

8 Para maiores informações sobre a Reforma Couto Ferraz que aprovava o regulamento para a Reforma do Ensino primário e secundário no município de Corte, recomendo o acesso ao link http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_004.html. Neste endereço há condições de encontrar o texto na íntegra.

nação, eis o formidável inimigo, o inimigo intestino, que se asila nas entranhas do País. Para o vencer, releva instauremos o serviço da defesa nacional contra a ignorância, serviço a cuja frente incumbe ao parlamento a missão de colocar-se, impondo-se intransigentemente à tibieza dos nossos governos e cumprimento do seu supremo dever para com a pátria [...]. (BARBOSA, 1947a, p. 121-122).

Assim, a escola passou a ser vista, em meados do século XIX, no Brasil, como a responsável pela formação moral e cívica do cidadão, além de ser a instituição responsável em transmitir os conhecimentos acumulados pela burguesia, que se faziam necessários para a manutenção do *status quo*.

Se quereis, pois, cimentar a ordem necessária das sociedades em bases estáveis, é na escola que as deveis lançar. É antes de experimentar as primeiras agruras, as primeiras feridas do embate pela existência, que o futuro trabalhador há de sentir, pela direção da cultura que receberem as suas faculdades nascentes, o valor supremo, a inviolabilidade absoluta dos interesses que presidem à distribuição das categorias sociais pela herança, pelo merecimento e pelo trabalho. Só então o seu espírito disporá da lucidez precisa, para se revestir em tempo do tríplice bronze do bom senso contra as loucuras socialistas, contra os ódios inspiradores da subversão revolucionária, e compreender que o nível da demolição, preconizado pelos inventores de organizações sociais em nome da igualdade universal, representa em si, pelo contrário, a mais tenebrosa de todas as opressões, a mais bárbara de todas as desigualdades, a mais delirante de todas as utopias. (BARBOSA, 1947a, p. 361-362).

Rui Barbosa com estas palavras deixava bem claro a necessidade da instrução pública, enfatizando a importância da escola para a legitimação dos valores burgueses, assinalando a educação escolar como um caminho para selar os interesses dominantes e refutar as possíveis ameaças. Desse modo, a aplicação de um método eficaz era imprescindível para assegurar a mudança almejada para a construção e a efetivação de seu ambicioso projeto educacional.

A Geografia foi portadora de uma característica muito importante. Rui Barbosa defendia que se conteúdos geográficos fossem bem trabalhados, com o uso de globos, mapas, cartas, aulas de campo, viagens, atividades práticas, partindo do local para o global, ou seja, por meio de uma metodologia mais integradora,

traria excelentes resultados, isto é, ela contribuiria para a consolidação do tão almejado projeto educacional defendido por ele, já que a Geografia deveria ensinar, desde a mais tenra idade, que todos somos irmãos, independentemente da nacionalidade que se possui.

Para Rui Barbosa o ensino de Geografia constituía um elemento essencial da educação. “Acusar de aridez o estudo da Geografia, o mesmo é que arguir de secura o oceano. Grande assombro seria o meu; se um menino bem dotado não ficar-se-á amando acima de todas as outras ciências, desde que lhe mostrassem sob a forma que lhe é própria” (HERDER apud BARBOSA, 1947b, p. 293).

Ele comentava que, nos países civilizados, o ensino de Geografia não era mais pautado em se repisar listas de nomes de países e cidades, e muito menos da indicação de sua posição geográfica. Foi com o emprego de um ensino/método diferente que esses países compunham cartas primorosas, nitidamente desenhadas, que abonavam as lições do mestre. Entretanto isso só foi possível por conta da aplicação dos processos intuitivos, que possibilitavam uma profunda transformação pedagógica.

Dessa forma defendia que a Geografia poderia ser uma disciplina inspiradora, capaz de suscitar os desejos das crianças em conhecer e amar sua pátria. Do modo como era trabalhada nos países civilizados poderíamos nós também utilizá-la para educar nossas crianças e alavancar o desenvolvimento econômico do nosso país.

Considerações finais

Rui Barbosa estava certo que o Brasil estava longe dos moldes europeus, já que estava sempre com os olhos voltados para as nações desenvolvidas. Acreditava, dessa forma, que seu projeto de ensino atendia às necessidades das pessoas e a reforma por ele proposta prepararia a criança para a vida. Para tanto, era necessário um ensino diferente do existente, do ministrado nas escolas de seu tempo. E, para isso, novos conteúdos seriam privilegiados e os existentes seriam trabalhados de modo diferente.

Assim, o aprendizado estaria sendo guiado por um novo método e com base nele seria trabalhada a Geografia, conteúdo esse tão importante. Embora fosse reconhecida a sua importância, ela estava sendo pormenorizada no currículo escolar, em virtude da maneira como era ensinada. Aprender Geografia era apreender o mundo e, conseqüentemente, aprender a amá-lo. Para esse intelectual brasileiro, essas mudanças no sistema de ensino eram fundamentais para a nação brasileira, uma vez que defendia a instrução como uma necessidade imperiosa.

A reforma era encarada como uma possibilidade de tornar o país civilizado, tomando como exemplos outras nações que, por meio da instrução, alcançaram importantes resultados. A educação era tida como uma necessidade social

da qual o Brasil não poderia se eximir, a educação escolar proposta deveria formar o cidadão para a vida. Repleta de conteúdos científicos formaria o cidadão ordeiro e trabalhador.

Podemos entender o projeto de Rui Barbosa como um preparativo para as mudanças que se processavam na transição do Brasil imperial para o republicano. A educação na preparação do escravo/negro recém liberto e do trabalhador livre e, também, na preparação da sociedade para o exercício do voto direto, que representava o ápice da democracia, dada as reais condições e à luz das principais transformações.

A educação, ao lado de outras questões, era entendida e vista como de grande relevância. Não obstante, o ensino de Geografia também o era, já que esse, entre tantos conteúdos, estava munido de informações importantes, capazes de suscitar o espírito nacional e contribuir, de modo bastante eficaz, para disseminar o ideário de uma nação patriótica que buscava construir sua identidade.

Referências

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino secundário e superior. **Obras Completas**. v. IX, t. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942.

_____. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. **Obras Completas**. v. X, t. I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947a.

_____. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. **Obras Completas**. v. X, t. II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947b.

_____. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. **Obras Completas**. v. X, t. III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947c.

_____. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. **Obras Completas**. v. X, t. IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947d.

BRASIL. Reforma Couto Ferraz. **Collecção das Leis do Imperio do Brasil**. Disponível em:

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_004.html>. Acesso em: 15 maio 2011.

LEONEL, Zélia. **Geografia:** do discurso pedagógico a uma questão anterior a qualquer discussão (crítica à ciência geográfica). Dissertação (Mestrado)-. Universidade Federal de São Carlos, 1985.

MACHADO, Maria C. G. **Rui Barbosa:** Pensamento e ação. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2002.

SCHELBAUER, Analete R. **Idéias que não se realizam.** O debate a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1998.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **O liberalismo demiurgo:** Estudo sobre a reforma educacional projetada nos pareceres de Rui Barbosa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

Recebimento em: 20/02/2011.

Accite em: 19/05/2011.